

INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE NO TERRITÓRIO DO GEOPARQUE ARARIPE: DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO GEOTURISMO

Rafael Almeida de Oliveira Rocha ¹

Éverton da Silva Martins ²

Cícero Thiago Gomes de Melo ³

Fábio Alexandre Santos ⁴

RESUMO

Um ponto que sempre está presente nos planejamentos estratégicos do Geoparque Araripe é a “inclusão social e acessibilidade”, um dever social, que apesar de não estar explícito entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é um quesito essencial para a estruturação de sociedades realmente sustentáveis, logo, para que o geoturismo esteja ao alcance de todos é imprescindível a cooperação entre organizações públicas e privadas quanto a acessibilidade ao patrimônio geológico e geomorfológico da região. Propõe-se a verificar o que tem sido empregado pelo Araripe Geoparque Mundial da UNESCO para a efetivação desse norteador estratégico, no que tange ao geoturismo, seja pela acessibilidade arquitetônica, comunicacional ou atitudinal e compreender como as suas ações influenciam a gestão social em prol desse desafio. A pesquisa empregou um método de abordagem dedutiva, por um procedimento observacional, de forma qualitativa, com objetivo descritivo e empregando os procedimentos técnicos bibliográfico e levantamento. Preliminarmente constatou-se que apesar dos limitados recursos a disposição do Geoparque Araripe, suas ações são capazes de influenciar e mobilizar a esfera social ao ponto adaptar o território objetivando a transposição dos desafios encontrados por essa parcela da sociedade que muitas vezes são esquecidas pelo segmento turístico, de modo a oferecer oportunidade a estes para que assim possam finalmente gozar da riqueza presente no território do Geoparque Araripe.

Palavras-chave: Acessibilidade; Geoparque Araripe; Geoturismo; Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

O Araripe Geoparque Mundial da UNESCO é chancelado como parte do programa da de desenvolvimentos sustentável, que tem como objetivo salvaguardar determinado patrimônio geológico de relevância internacional, mas vai além disso, pois também busca criar entre esse patrimônio geológico elos com o patrimônio natural e cultural de modo a conscientizar a comunidade local, assim como os três setores da sociedade (administração pública, empresas privadas e instituições sem fins lucrativos) dá importância desses bens materiais e imateriais compreendidos em tal região, como também, visa o alcance das metas

¹ Graduando do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri - URCA, rafael.almeida@urca.br;

² Graduando do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri - URCA, everton.martins@urca.br;

³ Graduando do Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri - URCA, cthiago.melo@urca.br;

⁴ Mestre em Ensino de Química – Geopark Araripe – URCA - CE, fabioalexandrecl@gmail.com.

dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecida pela Organização das Nações Unidas.

O território do Araripe Geoparque da UNESCO tem como patrimônio de relevância internacional parte de Chapada do Araripe, entre os fatores que alçaram esta localidade uma visibilidade internacional podemos destacar: (1) a qualidade e abundância de material fossilífero predominantemente do período cretáceo; e (2) a quantidade de afloramento de água devido a um específico declive da chapada na região do Cariri cearense que proporciona uma espécie de “oásis” proporcionado pela presença de uma floresta perenifólia em contraste das regiões adjacentes predominantemente ocupada pela caatinga.

Apesar da Chapada do Araripe abranger regiões de três estados do nordeste brasileiro, a área que compreende o geoparque se restringe aos municípios de Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Missão velha e Santana do Cariri, todos no sudoeste do estado do Ceará.

Como explanado anteriormente, uma das missões de um geoparque é promover os ODS, também conhecido como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Estes objetivos 17 compõem um plano de ação colaborativo a nível global que visa um desenvolvimento mais sustentável para a comunidade global.

Enquanto a inclusão está explicitamente e nominalmente presente dentro da Agenda 2030, o mesmo não ocorre com a termo acessibilidade já que não está manifestamente declarado dentre os dezessete objetivos e suas respectivas metas, mas ao menos é implícito já que sem a acessibilidade a inclusão não acontece de na sua plenitude.

Consequentemente para cumprir com uma das facetas de seus deveres enquanto membro de um programa de desenvolvimento sustentável, o Araripe Geoparque deve fomentar a acessibilidade e inclusão dentro do território que faz parte e é exatamente essa a justificativa para a presente pesquisa, analisar como se dá esse fomento e como ele impacta na promoção do turismo verde.

A priori, focou-se na observação de como é articulado a acessibilidade e inclusão dentro dos 11 geossítios presentes no território do Geoparque Araripe, mas que apesar de comporem o que é geoparque, sua administração não necessariamente recai sobre a direção do geoparque o que acaba por dificultar intervenções mais diretas em prol a esses objetivos por intermédio da equipe do Geoparque Araripe. E na observância de ações e/ou equipamentos a favor desses dois objetivos, será analisado através de um levante, como a comunidade avalia essas iniciativas.

METODOLOGIA

Se recorreu do método dedutivo para a conjugação de dados suficientes de modo a auferir a problemática central desta pesquisa, visto que parte de uma premissa maior (inclusão social e acessibilidade no território do Geopark Araripe) para um recorte no âmbito dos

desafios para a promoção do geoturismo, logo, uma vez listado o que tem sido feito no que tange a inclusão social e a acessibilidade, se observará como eles influenciam a difusão do geoturismo.

Quanto ao método de procedimento, empregou-se o observacional, visto à necessidade do exame da situação atual no que tange o turismo sustentável dentro do território, sobretudo na difusão do turismo para a parcela da sociedade que por vezes são menosprezadas durante a promoção do geoturismo. Essa observação empenhou seu foco nos denominados geossítios, pois apesar da infinidade de oportunidades para o turismo na região que compreende o geoparque, este enfoca a publicização de certos pontos de reconhecido interesse, esses tais geossítios.

No tocante à forma de abordagem desta pesquisa, configurou-se como qualitativa, em razão da análise e interpretação dos fatos de modo a atribuir um valor significado à nossas deduções iniciais, não dando muita ênfase no aspecto quantitativo.

Do ponto de vista do objetivo, é descritiva, dado que os fatos sociais foram observados sem que haja interferência nos mesmos.

Por fim, quanto aos procedimentos técnicos, este trabalho recorreu a: bibliográfica, dado a análise de materiais já publicados no âmbito científico; e levantamento, visto a necessidade de conhecer a perspectiva da comunidade visada pelo estudo sobre sua usufruição dos equipamentos turísticos dentro da região do geoparque Araripe.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em 1994 a Organização Mundial do Turismo (OMT) que é uma das agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como a UNESCO, conceituou o veio a ser referência quando se trata de turismo:

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38).

Posteriormente em 2017 a OMT abrangeu o significado e o definiu como um fenômeno social, cultural e econômico, relacionado ao deslocamento de pessoas para lugares fora do seu entorno habitual, o que torna importante e fundamental para as comunidades locais e para a conservação do patrimônio.

Essa nova conceituação faz bastante sentido visto que uma vez sendo injetado um capital exterior à aquela zona econômica aumenta a valoração por parte daquela comunidade quanto a preservação e conservação dos patrimônios materiais e imateriais que estão presentes, pois também trazem benefícios significativos à economia daquela região.

E se pensarmos apenas em patrimônio natural a conceituação anterior se assemelha muito à conceituação de uma das modalidades de turismo, o turismo sustentável, que em 2003

foi definido pela OMT como aquele que relaciona as necessidades dos turistas com as das gerações receptoras protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro.

Os geoparques devem ser atores ativos na promoção dos ODS e fomentar o turismo sustentável é apenas é apenas uma dessas metas:

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

[...]

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais. (ONU, 2015 grifo nosso)

Além dessa, é necessário promover a acessibilidade e a inclusão, no que tange a inclusão ela é tratada em diversos objetivos e metas dentro da Agenda 2030, como o objetivo 10 e 16, mas trataremos especificamente do objetivo 11 pois ele está estritamente relacionado com a usufruição dos aparatos existentes na própria cidade, como pode ser visto a seguir:

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

[...]

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

[...]

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência. (ONU, 2015, grifo nosso)

E apesar de apenas estar explicitamente se tratando de inclusão, é necessário ressaltar que a inclusão está intimamente conectado à acessibilidade, pois sem acessibilidade, inexistente a inclusão.

Essas temáticas não é dever apenas do programa geoparque a sua promoção, é sobretudo um dever do nosso Estado brasileiro assegurar a participação social dessa população, já que além de promulgar a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, através do Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009 reforçou esse fomento através da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e nessa mesma lei é trazido o conceito de acessibilidade em seu artigo 3º:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (Brasil, 2015, grifo nosso)

Para fins desta pesquisa avaliaremos as três dimensões da acessibilidade: a arquitetônica, a comunicacional e a atitudinal.

Quando tratam sobre a acessibilidade arquitetônica por muitas vezes as organizações, sejam públicas ou privadas, se limitam à construção de rampas, mas muito além disso a ideia original por trás dessa dimensão pode ser encontrada no art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em seu Protocolo Facultativo, ressaltado a seguir:

Artigo 9º Acessibilidade

1.A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

a) Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho; (Brasil, 2009, grifo nosso)

A acessibilidade comunicacional é aquela que ocorre sem barreiras que dificultem ou impossibilitem a emissão ou recepção de informações, seja por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação. No Art. 3º da Lei nº 13.146/2015, é explicado em que consiste a comunicação

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (Brasil, 2015)

A definição a cerca da dimensão da acessibilidade atitudinal temos que é um conjunto de práticas, atitudes e comportamentos que promovem a plena participação de pessoas com deficiência da vida em sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Conseqüentemente decorre do grau de sensibilidade e conscientização e é exatamente nesse ponto que o Geoparque Araripe tem mais capacidade de estimular diretamente, uma vez que é a maioria da população tem pouco convívio com as realidades e necessidades das Pessoas com Deficiência (PcD).

Todas essas definições abordadas anteriormente servirão para analisar como está sendo fomentação da acessibilidade em suas três dimensões, e conseqüentemente a inclusão social e como eles influenciam na promoção de geoturismo dentro dos denominados geossítios, que são locais bem delimitados geograficamente e de elevado interesse seja do ponto de vista arqueológico, científico, cultural, ecológico, estético, geológico, histórico, religioso. Existem 11 dentro do território do Geoparque Araripe e serão analisados individualmente na próxima seção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de diversos pontos de interesse dentro do território, atualmente existem 11 que atualmente estabelecidos como geossítio, eles são: geossítio Batateiras, geossítio Cachoeira de Missão Velha, geossítio Colina do Horto, geossítio Floresta Petrificada, geoparque Parque dos Pterossauros, geossítio Pedra Cariri, geossítio Pontal da Santa Cruz, geossítio Ponte de Pedra, geossítio Riacho do Meio, geossítio Mirante do Caldas e o geossítio Arajara.

Vale salientar que no ano de 2023 houve uma revitalização das placas de informações e deste então todos apresentam informações em braille.

O geossítio Batateiras pode ser divididos em dois conjuntos: (1) onde é encontrado a chamada Cascata do Lameiro; (2) que compreende os cânions dentro do Parque Estadual Sítio Fundão. Ambos presentes no município do Crato, entretanto apesar de ambos serem abertos ao público a administração só recai nos domínios do Parque Estadual e analisando as três dimensões na parte arquitetônica existe uma denominada Trilha da Acessibilidade que é acessível a cadeirantes e de forma semelhante existe uma cadeira especial dentro do parque que possibilita a locomoção por toda extensão do parque, apesar de precisar da ajuda de duas pessoas para sua locomoção; quanto a acessibilidade comunicacional só existe as sinalizações que possui informações em português e inglês e em braille dispostas pelo parque; quanto a atitudinal existe uma grande conscientização quanto as pessoas com deficiência tanto de natureza física como sensorial, este último se dá pois na Trilha da Acessibilidade que possui acesso facilitado as pessoas com mobilidade reduzida existe uma queda d'água construída pela administração do parque que simula o barulho da cachoeira do Lameiro.

O geossítio o Colina do Horto conta com um teleférico desde de 2022 o que de certa forma ajuda na questão de acessibilidade arquitetônica viste que boa parte dos visitantes são de idade avançada e o geossítio conta com uma trilha ingrime; quanto a dimensão de acessibilidade comunicacional o geossítio não conta com nada além das placas em braille; quanto a atitudinal não existe nenhum tipo de ação que promova a inclusão de PcD.

O geossítio Mirante do Caldas além de contar com uma acessibilidade arquitetônica adequada, também conta com uma trilha própria para promover a inclusão de deficientes visuais.

Os geossítios Cachoeira de Missão Velha, Floresta Petrificada, Parque dos Pterossauros, Pedra Cariri, Ponte de Pedra, Riacho do Meio não conta com nenhum outro tipo de acessibilidade a não ser o comunicacional devido as placas de informação que contam com informações em braille e somente isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que dentre o grande número de geossítios poucos contam com outras dimensões de acessibilidade além da comunicacional presente pelas placas de informação em braille. Isso se dá pelo descaso de algumas prefeituras das quais pertencem esses geossítios que não ficam postergando a instalação de uma administração para esses geossítios.

No caso dos geossítios Batateiras, Colina do Horto, Mirante do Caldas, já possuem uma administração mais estruturada pois estas já possuem alguns anos de gestão nesses geossítios.

É notável também que dentre as dimensões de acessibilidades, a arquitetônica é necessário certo investimento o que não cabe ao geoparque fazer visto que é da alçada das prefeituras a adaptação para a inclusão; quanto a comunicacional os geossítios poderiam muito bem contar com audiodescrição dos mesmos, como também interprete de libras para inclusão do público com deficiências sensoriais.

Apesar disso desses desafios encontrados, o geoparque Araripe possui uma agenda de ações e promove em diversos tipos de entidades sejam públicas, sejam privadas e estas por sua vez indiretamente ajudam a sensibilizar e conscientizar a esfera social da importância da inclusão desta parcela que por muito tempo foi relegada sua acessibilidade e consequentemente sua usufruição dos equipamentos de geoturismo.

REFERÊNCIAS

Organização Mundial de Turismo (OMT). **Introdução ao turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

Organização Mundial de Turismo (OMT). **La OMT y la UNESCO: turismo y cultura para impulsar los ODS**. (Press Release n17129. 04 dezembro 2017). Disponível em: <https://www.unwto.org/es/archive/press-release/2017-12-05/la-omt-y-la-unesco-turismo-y-cultura-para-impulsar-los-ods>. Acesso em: 08 jun. 2024.

Organização Mundial de Turismo (OMT). **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Trad. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. [s. l.]. 2015

BRASIL. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 08 de jun. 2024.

BRASIL. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 08 de jun. 2024.